



ISSN 1981 - 3031

AS MÍDIAS NO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA: FORMANDO CONSELHEIROS E COMUNIDADE ESCOLAR

Elizelda Silva de ARAUJO/PPGE/UFAL

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado da investigação feita com o objetivo de analisar e avaliar a contribuição das mídias material impresso e vídeo utilizados pelo programa Formação pela Escola na formação de gestores, conselheiros e comunidade escolar. Com abordagem qualitativa, empreendida através de um estudo de caso, dados coletados a partir de estudo do material e módulos do curso, e aplicação de questionários com tutores e alunos do programa. Traz a opinião dos participantes a respeito da qualidade, utilidade e objetividade das mídias e aponta as dificuldades no processo de formação destes conselheiros. Constatase a necessidade de aperfeiçoar mecanismos que desencadeiem maior interesse e participação dos conselheiros e gestores no Formação Pela Escola, provocando assim maior participação popular no controle social dos recursos do PDDE.

PALAVRAS-CHAVE: mídias; Formação pela Escola; recursos públicos; conselho escolar; controle social.

1. Introdução

Com o avanço das tecnologias de comunicação e informação (TIC) que tem contribuído para a implementação da Educação a Distância (EAD), e os governos utilizando-se desta modalidade para alavancar o desenvolvimento da educação no país, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), vem buscando tornar mais eficaz o seu processo de capacitação e divulgação de seus programas e ações.

Neste contexto surge o Formação pela Escola, programa de formação continuada na modalidade a distância, desenvolvido pelo FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação

a Distância (SEED), órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC), com objetivo de fortalecer a ação da comunidade escolar, principalmente dos que atuam de forma direta, na execução, acompanhamento, controle social e prestação de contas dos recursos destinados às escolas pelos diversos programas e ações do FNDE. (MEC/FNDE/SEED, 2007).

O Formação pela Escola utiliza mídia impressa modular para estudo autônomo com suporte de momentos presenciais com apresentação de vídeos, discussão dos conteúdos, socialização dos trabalhos realizados pelos cursistas, avaliação da aprendizagem com apoio de um sistema de tutoria que pode ser contatado por telefone, correio eletrônico e plantões pedagógicos. Existe uma estrutura de gestão articulada e interligada por um sistema de comunicação e tutoria, para atender a um grande número de participantes, em um curto espaço de tempo e de forma mais econômica, em todos os recantos do país.

A proposta do programa fundamenta-se em uma concepção de educação que valoriza a construção do conhecimento participativo, de forma, que o cursista que já trabalha nos programas do FNDE tem o seu saber valorizado e se relaciona diretamente com a dinâmica do curso e com o material didático. Os princípios de problematização, interação, cooperação e resolução de problemas utilizadas no curso servem para dar sustentação aos módulos como forma de garantir as diretrizes estabelecidas.

O curso composto por 08 módulos inicia com o introdutório: Módulo de Competências Básicas (MCB) e prossegue com os temáticos. Os participantes, respeitando o plano diretor do programa e dentro de suas atribuições escolhem os temáticos que mais lhe interessam.

O nosso estudo abordará o módulo temático Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que tem a finalidade de informar aos agentes, parceiros, operadores, conselheiros e comunidade escolar sobre objetivos, concepção, forma de execução e detalhada operacionalização e prestação de contas dos recursos repassados à escola.

Esta pesquisa teve como problema: qual a contribuição das mídias material impresso e vídeos no Programa Formação pela Escola para melhoria do desempenho da comunidade escolar na aplicação dos recursos do PDDE? Foi desenvolvida sob a hipótese de que a atuação dos conselheiros e comunidade escolar, participantes deste curso, sofreu mudanças contribuindo para maior compreensão do papel das ações e programas FNDE, qualificando para o gerenciamento da aplicação dos recursos e controle social destes.

O objetivo principal deste artigo é apresentar o resultado da avaliação feita sobre a utilidade das mídias definidas pelo FNDE/MEC para apoiar a formação dos conselheiros, gestores e comunidade escolar. Para isto optamos por um estudo de caso com análise do

material do curso e aplicação de questionários, verificando a importância dessas mídias para o sucesso do curso e para melhoria na qualidade da utilização dos recursos do PDDE pelas unidades escolares em nosso estado; se as informações e orientações disponibilizadas pelo programa têm contribuído para maior transparência na administração destes recursos e se existe alguma lacuna, podendo provocar outras análises no sentido de sanar dificuldades apresentadas pelos participantes do curso, e contribuir para apreciação dos órgãos competentes.

Nosso interesse pessoal e profissional quanto ao tema surgiu ao atuar na tutoria do Programa, e perceber certo desconhecimento e descaso por parte de membros da comunidade escolar em relação à descentralização de recursos adotada pelo Governo Federal como forma de equalização na distribuição destes recursos e redução das desigualdades e sobre a responsabilidade de cada cidadão no controle social dos recursos, buscando assim avaliar a contribuição do Programa para a correta aplicação, acompanhamento, prestação de contas dos mesmos e de que forma pode-se implementar maior participação da comunidade neste controle.

Em se tratando de uma política pública para formação do cidadão que tem o papel de fiscalizar a aplicação dos recursos que chegam à escola, consideramos relevante analisar como se dá à formação dos conselheiros, gestores e comunidade escolar, assim como a contribuição das mídias utilizadas no processo: material impresso e vídeos. Para isso o artigo abordará os seguintes tópicos: políticas públicas de fortalecimento do controle social; Formação pela Escola e o PDDE em Alagoas; as mídias no Formação pela Escola, tópico no qual apresentaremos o resultado da pesquisa realizada.

2. Políticas públicas para o fortalecimento do controle social

Os direitos outorgados ao cidadão pela Constituição Federal (CF) de 1988, no que se refere à educação, não serão levados a efeito sem a permanência deste cidadão na luta pelo usufruto dos mesmos e sem a devida parcela de contribuição no que diz respeito aos deveres conferidos nesta Constituição. De acordo com Santos (2002, p.6)

A falta de cultura cívica e educação democrática dificulta, ou mesmo, inviabiliza a devida e necessária participação popular, de modo que a sociedade acaba não exercendo nenhum controle, antes finda perdendo maior parcela de liberdade, pois não participa da formação da opinião política.

Para a criação dessa cultura de participação é necessário investir na educação, democratizar as informações, o conhecimento e as mídias, permitindo a participação nas decisões das questões que interferem em nossa vida, pois a apropriação do conhecimento é fator indispensável para o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa nas decisões políticas do país, a fim de efetivar o processo de democratização da sociedade e garantir os direitos adquiridos, assumindo o compromisso de cumprir os deveres sociais de cidadão.

De acordo com a CF, art.1º, parágrafo único: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, por representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”. (BRASIL, 1988) Alicerçado neste princípio, a cada dia a democracia vem se consolidando e sendo ampliada, desencadeando diferentes mecanismos de participação da comunidade na gestão das políticas públicas e provocando um número cada vez maior de organizações da sociedade civil no controle social sobre as ações do governo federal.

A partir da CF/1988; LDB/1996; do Plano Nacional de Educação (PNE – 2001-2010); o governo delibera suas principais políticas no campo da educação: prevendo investimento de recursos em ações que são fundamentais para a promoção da justiça social e democratização da sociedade e da escola, com objetivo de superar os resultados educacionais negativos no país.

A escola sofreu modificações em sua organização pedagógica e administrativa, entre as quais: a introdução da gestão democrática e de conselhos escolares (envolvendo a participação da comunidade), a elaboração do próprio projeto político-pedagógico e adequação do calendário escolar às necessidades específicas da localidade [...] o governo não conseguiu implementar sua reforma educacional de maneira homogênea e conforme a proposta inicial [...] A própria estrutura do Estado prevê espaços e mecanismos de contradições e embates de forças e interesses que resultam em políticas que podem representar ou não aquilo que foi proposto originalmente. (MÓDULO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS, 2008 p 40, 41).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) que assegura a gestão democrática do ensino público no Brasil, com participação dos profissionais da educação, das comunidades e conselhos escolares ou equivalentes, a autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira, vem de forma progressiva, buscando consolidação.

[...] a intervenção dos cidadãos, individualmente ou em grupo, é fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária. A Educação, então, pode vir a desempenhar papel importante na conscientização dos cidadãos e na introdução de práticas educativas que levem à transformação atual da sociedade. Mas como garantir o direito a educação e propiciar uma formação escolar que provoque mudanças sociais? Um dos caminhos é alocar bem os recursos financeiros destinados à educação. (MÓDULO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS, 2008, p.42)

A luta da sociedade brasileira, por uma escola pública gratuita de qualidade vem desde a época em que em que o Brasil era colônia de Portugal, arrastou-se pelos períodos seguintes com instituição de leis, emendas e reformas culminando com a gratuidade financiada por impostos vinculados.

Esta luta vem provocando medidas e ações por parte do governo no sentido de atender a demanda social por uma educação de qualidade para todo cidadão, de acordo com os direitos garantidos e os deveres estabelecidos conforme reza a Constituição Federal, que de acordo com Lino e Borges (2009, p. 117), alargou o projeto de democracia propondo a criação de inúmeros conselhos reconhecidos, como instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais das demandas da sociedade, tendo sua origem vinculada ao desejo de participação popular na formulação e na gestão das políticas públicas.

A democratização e descentralização de recursos e a consequente participação popular exigiu capacitação especial para operadores tanto da gestão quanto do controle social e o FNDE, autarquia do Ministério da Educação, responsável pelas transferências de recursos destinados à educação em todos os estados, Distrito e Federal e municípios oferecia formação às pessoas envolvidas em seus programas de forma presencial, enviando seus técnicos aos municípios e aos estados, mas com a criação dos vários programas do governo federal e implantação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental (FUNDEF), substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), consolidando a descentralização de recursos públicos houve crescente necessidade de controle social e tornou-se necessário capacitar à comunidade a compreender os mecanismos e cálculos utilizados em cada um destes programas.

Devido ao número insuficiente de técnicos no FNDE, o tamanho do nosso país, e a quantidade de estados e municípios para atender foi criado o Programa Nacional de Formação Continuada nas Ações do FNDE – Formação pela Escola, como meio de capacitação para gestores, conselhos e comunidade escolar, podendo assim contribuir para maior transparência e visibilidade no processo provocando também maior interesse popular pelo acompanhamento

(repassa, aplicação e prestação de contas) dos recursos destinado às políticas públicas sociais.

2.1 – O Formação pela Escola e o PDDE em Alagoas.

O Formação pela Escola vem atender à necessidade de se construir uma cultura de participação, envolvendo os integrantes dos conselhos estaduais e municipais e comunidade de forma geral. O curso está organizado em módulos, dos quais o primeiro é o de Competências Básicas, prerequisite para todos os demais e aborda as políticas públicas na área social e educação básica; o financiamento para a educação básica; o controle social no âmbito das políticas públicas educacionais implementadas pelo governo federal, mais especificamente os geridos pelo FNDE.

A estrutura modular do curso, formada por 08 módulos, está organizada em módulo introdutório: MCB e módulos temáticos, sendo: PDDE, Programa de Transporte do Escolar (PTE), Programas do Livro (PLi), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), FUNDEB, Prestação de Contas e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), (os dois últimos em construção).

Nos últimos dez anos, o Estado de Alagoas tem implementado ações no sentido de consolidar a gestão democrática, daí o interesse e colaboração para o desenvolvimento do Formação pela Escola. A Secretaria de Estado da Educação (SEE) no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação (ALAGOAS, 2006) e na Carta de Princípios da Educação (ALAGOAS, 2000) em seu Eixo de Gestão Educacional, tem garantido em todas as 334 unidades escolares da rede, inclusive indígenas e quilombolas, a implantação dos Conselhos Escolares com representantes de todos os segmentos da Comunidade Escolar (pais, alunos, professores, corpo administrativo e apoio), para planejar e tornar possível a efetivação da proposta pedagógica de cada unidade de ensino. Apesar deste avanço, percebe-se que a cultura de planejamento participativo ainda não acontece em grande parte das escolas.

A SEE em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) vem divulgando o Programa Formação pela Escola junto aos municípios que aos poucos estão aderindo a ele. O quadro a seguir apresenta a adesão dos municípios ao Programa no período de 2007 a 2010.

PERÍODO	ADESÃO	QUANTIDADE
2007 - 2008	Municípios inseridos	23

2009 - 2010	Municípios em fase de adesão	58
-------------	------------------------------	----

Quadro 1. Adesão ao Formação pela Escola em Alagoas – 2007 a 2010

Fonte: Relatórios do Formação pela Escola/SEE

A implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), veio alavancar o Formação pela Escola contribuindo para o crescimento da adesão dos municípios a partir do reconhecimento da necessidade de qualificação dos técnicos e conselheiros, no intuito de manter o envio de recursos do governo federal, os quais dependem da correta aplicação e prestação de contas, aspectos contemplados pelo Programa.

A gestão do Programa acontece de forma compartilhada e com atribuições definidas no capítulo V, artigo 2º da Resolução no 12, de 25 de abril de 2008. Após adesão firmada pelo governo do estado, através da SEE, os municípios interessados, representados por suas prefeituras assinam o Termo de Adesão indicam os candidatos a tutoria e asseguram as condições de participação do tutor selecionado nas atividades inerentes ao exercício de sua função.

Gestores e membros das comunidades, conselhos escolares, conselhos municipais e estaduais foram e estão sendo capacitados nos módulos: MCB, PDDE, PLi, PTE, PNAE e Fundeb. No quadro 2, apresentamos os módulos já concluídos e o número de participantes de cada um.

Módulos concluídos	Número de participantes
MCB	1.813
PDDE	1.168
PLi	301
PNAE	156
PTE	92

Quadro 2. Formação pela Escola em Alagoas

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/sife/index.php/estatistica/CreateEstatisticaEstado>

Até o momento tivemos 1168 concluintes do módulo PDDE, nos 28 municípios alagoanos que aderiram nos dois primeiros anos.

Criado em 1995 como Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), passou a ser designado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE),

a partir da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1988, estendendo-se, em seguida, para as demais etapas da educação básica.

O PDDE pode ser definido como o programa por meio do qual o FNDE repassa recursos, em caráter emergencial, para as escolas públicas de educação básica e escolas privadas de educação especial, sem fins lucrativos. (MÓDULO PDDE, 2008, p. 26)

O objetivo destes recursos é prover, de forma complementar, as escolas com recursos financeiros visando melhorar a infraestrutura física e pedagógica, contribuindo para a elevação da qualidade da educação básica equitativa, reforçando a autonomia gerencial e a participação de gestores e comunidade escolar como um todo.

Os profissionais envolvidos na implantação e implementação do Programa são: equipe de gestores nos estados e no Distrito Federal e rede de tutoria composta por multiplicadores, orientadores educacionais e tutores estaduais e municipais.

Os cursistas recebem o material didático e orientações nos momentos presenciais, e o suporte necessário ao estudo dos módulos e cumprimentos das atividades de avaliação do curso.

Os módulos temáticos são específicos aos diferentes programas desenvolvidos pelo FNDE e cada módulo é trabalhado em um período de aproximadamente 30 dias, dividido em dois momentos presenciais de 4 horas cada e 32 horas de estudo a distância, perfazendo uma carga horária de 40 horas.

O PDDE, módulo abordado neste estudo, apresenta objetivos, conceitos, fluxogramas, modelos de formulários e tabelas para cálculos do repasse, funcionamento, instituições/entidades que podem receber os recursos, tipos de recursos, em que pode ser investido, programação e reprogramação de recursos, como controlar o saldo na conta do PDDE, como a comunidade pode se organizar para gerenciar os recursos, diagrama de prestação de contas, prazos e possibilidades para resolver problemas nas prestações de contas e outras obrigações.

Os conteúdos trabalhados nesse módulo têm o propósito de proporcionar à comunidade conhecimentos que possam colaborar com o desenvolvimento de projetos participativos, princípios democráticos e gestão participativa, que desencadeiem o desenvolvimento do controle social dos recursos repassados a conta de cada Unidade Executora.

O curso funciona com um sistema de tutoria. O tutor de acordo com a necessidade e disponibilidade dos alunos pode promover momentos presenciais extras. Durante o período a

distância o tutor orienta aos cursistas através do correio eletrônico, telefone, pessoalmente recebendo-os nos plantões pedagógicos ou indo até as escolas.

Nos municípios, o curso tem sido bem aceito por parte das comunidades de forma geral e, principalmente dos conselhos, que veem no mesmo um instrumento de orientação e apoio na gestão, e prestação de contas dos recursos recebidos pelas escolas, mas temos percebido algumas dificuldades em conseguir a participação de todos os conselheiros e de trazer todos os inscritos aos momentos presenciais.

Temos observado que em algumas escolas, a comunidade e o conselho já assumem uma postura mais crítica, participativa e responsável em relação ao seu papel. Mas, em grande parte das escolas a atuação dos conselhos ainda não é eficaz e não há participação efetiva nas reuniões e capacitações promovidas, inclusive no Formação pela Escola.

As justificativas apresentadas para o não cumprimento das atribuições e para a falta de participação de cada membro são diversas: desinteresse da comunidade de forma geral; sobrecarga de trabalho dos professores; falta de tempo dos pais e dificuldade financeira para arcar com despesas de transporte e alimentação para participar das reuniões do conselho e capacitações; centralização das informações em mãos de poucos membros, geralmente presidente e tesoureiro; falta de transparência na utilização dos recursos, acúmulo de atividades dos gestores; e falta de maior consciência dos direitos e deveres de cidadão.

Esperamos que aos poucos, à medida que o Programa alcança maior visibilidade, a comunidade perceba a importância de sua participação no controle social dos recursos destinado as políticas públicas educacionais.

3. Metodologia

A pesquisa teve como problema investigar a contribuição das mídias material impresso e vídeo para a formação dos conselheiros e comunidade escolar, responsáveis pelo acompanhamento qualitativo, aplicação e prestação de contas dos recursos do PDDE, tornando este processo mais transparente para a sociedade.

A hipótese deste trabalho presumiu que a atuação dos conselheiros e comunidade escolar participantes do Programa de Formação Continuada nas Ações do FNDE – Formação pela Escola sofreu mudanças; que as mídias material impresso e vídeos, utilizadas no curso serviram para ampliar a compreensão do papel das ações e programas do FNDE no apoio à

política educacional brasileira, e do direito de acesso à educação básica de qualidade e no gerenciamento qualitativo da aplicação dos recursos e controle social por parte da comunidade no espaço escolar.

O objetivo geral desta experiência foi analisar a contribuição das mídias material impresso e vídeo na formação dos conselheiros e comunidade escolar, responsáveis pelo acompanhamento qualitativo, aplicação e prestação de contas e controle social dos recursos PDDE.

Para cumprir os objetivos dessa pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa, empreendida através de um estudo de caso com dados coletados através de estudo do material impresso do programa e aplicação de questionário com tutores e alunos do curso.

Nesse estudo de caso desenvolvemos as seguintes etapas: estudo do material impresso e dos vídeos utilizados no módulo PDDE, aplicação de questionários, organização dos dados, análise dos dados e apresentação dos resultados.

Dos 50 questionários enviados tivemos retorno de apenas 12. No quadro 3 apresentamos o perfil dos colaboradores da pesquisa.

Sexo	
Masculino	2
Feminino	10
Faixa etária	
25 a 30	1
30 a 35	3
35 a 40	1
40 a 45	2
45 a 50	5
Nível de Instrução	
Especialização	6
Nível superior	6
Formação	
Pedagogia	7
Geografia	1
Estudos Sociais	1
História	1
Matemática	1
Não informado	1
Local de trabalho	
Estadual	5
Municipal	1
Municipal e estadual	5
Privada	1
Residência	
Arapiraca	1
Maceió	7

Porto Calvo	3
União dos Palmares	1

Quadro 3 – Perfil dos colaboradores

Fonte: Questionários da pesquisa

Dentre os que responderam aos questionários confirmou-se a participação de 10 pessoas do sexo feminino e 02 do sexo masculino; a idade predominou de 30 a 40 anos; possuem instrução superior em diversas áreas, alguns com especialização.

Entre estes, há professores, técnicos pedagógicos, coordenadores pedagógicos, secretário escolar e profissional da saúde. Alguns ainda acumulam outra função. Assim foi constatado além das já citadas, presidente e membros do conselho escolar e gestor escolar.

Os respondentes são funcionários da rede estadual e municipal ou da rede privada. Parte do grupo para quem os questionários foram enviados era componente do conselho escolar com o nível de escolaridade fundamental e médio, entretanto só devolveram os questionários respondidos pessoas com nível superior ou especialização.

Os dados para análise foram organizados em três categorias: avaliando a utilização das mídias; a contribuição das mídias para entendimento do conteúdo; aplicação do conteúdo estudado na prática cotidiana.

Apresentamos a seguir os resultados que obtivemos nesta pesquisa.

4. O Formação pela Escola: as mídias, sua utilização e a perspectiva dos participantes

Nesse estudo de caso analisamos as mídias usadas no processo de formação e investigamos junto aos tutores e alunos a forma como veem e trabalham com o referido material.

4.1. As mídias

Tanto no MCB como no PDDE, as mídias utilizadas são material impresso e vídeos.

O material impresso do curso MCB é composto por três elementos: um caderno de estudo, traz o conteúdo a ser discutido no momento presencial inicial e estudado individualmente até o próximo momento presencial; um caderno do cursista, que servirá ao aluno em todos os módulos, pois traz orientações sobre o Programa e sobre o funcionamento da modalidade à distância, com dicas de como o aluno pode organizar seu tempo de estudo

individual; e um caderno de atividades para auxiliar no estudo do conteúdo, e orientar a realização do trabalho final, em grupo.

No módulo temático PDDE, o aluno recebe o caderno de estudo e o caderno de atividades, que trazem informações, e orientações sobre o programa em tela.

O material impresso traz modelos de demonstrativos de receitas e despesas, formulários, editais fluxogramas, tabelas de cálculo dos valores dos recursos e exemplos de cálculos dos recursos, diagrama de habilitação/adesão e prestação de contas destes recursos; orientações sobre bens e serviços adquiridos, utilização de recursos, reprogramação de saldo; glossário, números de telefones e endereços eletrônicos para contato.

Quanto aos vídeos estão disponibilizados no sítio do FNDE e apresentam o PDDE de forma resumida e dinâmica, através de depoimentos de gestores das escolas e membros de diferentes comunidades orientando como e em que utilizar os recursos e mostrando exemplos de como os mesmos serviram para implementar ações antes impossíveis de serem colocadas em prática em algumas escolas. O vídeo traz uma linguagem do cotidiano escolar, e os atores são os próprios membros da comunidade: gestores, professores e alunos.

Nessa etapa já realizada do PDDE o principal material de apoio ao desenvolvimento do curso foi o material impresso, mas o fato deste material necessitar passar por repetitivas atualizações devido às constantes mudanças na política de administração destes recursos tem inviabilizado a oferta de acordo com a demanda dos estados e municípios participantes do Programa, por isto o FNDE estará disponibilizando os módulos na versão online, o que possibilitará aos participantes o acesso imediato a estas atualizações.

Diante dessa decisão, já podemos antever algumas dificuldades, considerando as condições de acesso a computador e internet dos participantes da formação.

De modo geral, os conteúdos dos módulos incentivam nos gestores, conselhos e comunidade escolar o interesse pela ampliação da visão sobre a importância das políticas públicas na área social e principalmente no âmbito da Educação Básica, estimulando a ação fiscalizadora efetiva de cada membro na execução, acompanhamento, controle social e prestação de contas dos recursos destinados à educação, contribuindo para a formação cidadã e o bem comum.

4.2. Avaliando a utilização das mídias

Ao analisar os dados percebemos que todos os participantes responderam a todas as

perguntas dos questionários, 30% deram respostas superficiais e não muito objetivas, enquanto que 70% responderam com maior segurança e objetividade.

Para os alunos, o vídeo é utilizado pelos tutores para apresentar uma visão geral sobre o programa no sentido de despertar maior interesse e compromisso com o curso e como instrumento de apoio, para tornar o momento presencial mais dinâmico.

“As mídias são usadas de forma dinâmica. Primeiramente explora-se o material para despertar o interesse do aluno para então solicitar uma visão mais centrada nos objetivos[...]” Aluno1

“São utilizadas durante o momento presencial como apoio, para dinamizar a aula e para a realização dos estudos a distancia.” Aluno 2

O material impresso é apresentado no momento presencial, auxiliado por slides que trazem um resumo do módulo, seus objetivos, metodologia e dinâmica do curso. Após esta explanação segue-se o estudo em grupos para uma rápida discussão e socialização das idéias centrais do módulo, esta etapa serve para direcionar o estudo individual à distância, a resolução das questões e situações problema do caderno de atividades, como também para o trabalho final de conclusão do módulo que pode acontecer em grupo.

Quanto aos tutores, além do material impresso e vídeo incorporam a sua prática: data show ou retroprojektor para apresentação do programa nos momentos presenciais; câmera digital para registro dos encontros; telefone e internet para comunicação com os alunos e coordenação estadual e envio de informações/orientações solicitadas pelos alunos, e computador/internet para cadastrar, matricular, avaliar e imprimir certificados no Sistema de Informação do Formação pela Escola (SIFE).

Os tutores afirmaram que a linguagem utilizada no material impresso é adequada ao público alvo, traz uma linguagem objetiva e de fácil compreensão, com o texto em forma de um diálogo com o aluno, incentivando o interesse e estudo do material, indicando obras e sítios na internet para aprofundamento do conhecimento sobre o tema, atendendo assim às necessidades do programa.

“Sim. É adequada pois, em uma linguagem clara e objetiva atende muito bem as necessidades como também os objetivos do Programa”.
Tutor 1

“Sim. Sua linguagem é simples e de fácil compreensão, e fornece as orientações necessárias para o estudo e aplicação do conteúdo na

prática cotidiana”. Tutor 2

O conteúdo apresenta dados e exemplos e situações problemas do contexto das escolas, incentivando e orientando na busca de possíveis soluções, provocando reflexões e discussões acerca do papel do cidadão a importância de suas ações para o controle social dos recursos públicos.

Os tutores são unânimes quanto à utilidade do material para um curso a distância e exaltam a simplicidade e objetividade do mesmo.

4.3. A contribuição das mídias para entendimento do conteúdo

Ao serem questionados se estas mídias contribuem para o entendimento do conteúdo trabalhado nas formações, 100% dos alunos responderam afirmativamente, justificando que o material é bem prático, sem muita teoria e trata o tema de forma simples e clara, com explicações e exemplos detalhados que possibilitam lidar com os recursos do PDDE com maior segurança.

“O material é didático, auto-explicativo. Requer apenas disciplina do aluno e trabalho dirigido do orientador para nortear as atividades[...]” Aluno 1.

“É bem claro e de boa qualidade permitindo aos cursistas, esclarecimentos dos conteúdos discutidos e o entendimento dos mesmos”. Aluno 3

Os tutores reconhecem a utilidade do material do curso, afirmando:

“Sim. Elas apresentam situações problema do cotidiano das escolas incentivando e orientando na busca de possíveis soluções provocando reflexões e discussões acerca do papel do cidadão no controle social dos recursos”. Tutor 2.

“O material traz todas as informações necessárias de como uma comunidade escolar deve fazer para que a sua unidade escolar receba, utilize e preste contas dos recursos recebidos do referido programa”. Tutor 3

Percebemos que os depoimentos tanto dos alunos como dos tutores concordam que o

material atende aos objetivos propostos pelo Programa para a qualificação dos atores envolvidos com a gestão e acompanhamento do PDDE, permitindo a ampliação dos conhecimentos acerca dos meios qualitativos.

4.4. Aplicação do conteúdo estudado na prática cotidiana

Quando questionados se o conteúdo estudado é aplicado na prática cotidiana dos conselheiros e comunidade escolar as respostas dos tutores divergiram.

“Os conselheiros passam a ter uma visão clara de sua função.” Tutor 1

“Segundo depoimentos destes, o material facilita todo o processo de aquisição dos materiais, pois informa quando e como devem ser utilizados os recursos, como fazer licitações, compras e prestação de contas dos recursos recebidos pela unidade escolar”. (Tutor 3)

“Em algumas comunidades estas informações não têm muita utilidade, pois os conselheiros em sua maioria não participam do programa” (Tutor 4).

Quanto aos alunos houve um reconhecimento do valor dos conteúdos e apresentação de alguns entraves para que os mesmos sejam colocados em prática.

“Na verdade, apenas os cursista que se empenharam, estudaram podem aos poucos tentar colocar em prática o conteúdo estudado. Há muito comodismo e centralização nas mãos do diretor, presidente do conselho ou como se diz dos “mais sabidos”. Falta despertar dentro da escola essa consciência de controle social, do fazer, do aprender fazendo, do buscar a solução, os porquês, colocar a mão na massa” (Aluno 1).

“Sim, uma vez que vivemos a era da escola democrática, todos participam da prática cotidiana da escola. Desta forma, esta formação trouxe grande contribuição para este fim” (Aluno 3).

Tanto o material impresso quanto os vídeos conseguem atender aos objetivos determinados pelo Programa, mas faz-se necessário incentivar e possibilitar a participação de todos os segmentos dos conselhos nas formações como também criar mecanismos para despertar o compromisso da comunidade com a melhoria da qualidade de ensino levando-a a compreender que essa qualidade na educação é responsabilidade não apenas dos governos, mas de cada cidadão. Acreditamos que a socialização das informações de forma objetiva poderá fazer a comunidade reagir e interagir de maneira mais efetiva com a escola.

4. Considerações finais

As mídias utilizadas no Formação pela Escola no processo de formação dos conselheiros e comunidade escolar, para lidar com os recurso do PDDE têm sido eficientes para atingir os objetivos de uma formação continuada na modalidade a distância, no sentido de atender um grande público em curto espaço de tempo.

A linguagem clara e simples, os conteúdos, exemplos e ilustrações de todo o processo desde a habilitação/adesão ao programa até a prestação de contas possibilita a compreensão e utilização das informações necessárias a execução das tarefas dos conselhos escolares e acompanhamento por parte da comunidade dos procedimentos em todo o percurso destes recursos.

Os tutores incorporam outras mídias à sua prática para atender a necessidade de dinamizar suas ações de apoio ao aluno, facilitando a compreensão do tema abordado e a realização das tarefas exigidas no curso.

As escolas nas quais os conselheiros participam das formações os conteúdos têm subsidiado sua prática cotidiana, possibilitando a utilização e prestação de contas dos recursos de forma mais responsável e democrática.

Diante do exposto, percebemos que a falta de participação dos conselheiros para conhecer a dinâmica de funcionamento do PDDE e demais programas deve-se acima de tudo a ausência de uma cultura de participação popular nas decisões coletivas que demandam a atuação do cidadão, portanto, faz-se necessário aperfeiçoar mecanismos que possibilitem uma participação mais efetiva e de maior eficácia por parte dos conselheiros, principalmente dos segmentos pais e funcionários, tornando possível sua presença nas reuniões e capacitações como também maior conscientização e comprometimento da comunidade e não apenas dos conselhos, no sentido de acompanhar e fazer valer os direitos básicos do cidadão, colaborando com a escola no cumprimento de sua função social, na promoção da cidadania e consequentemente no fortalecimento da democracia.

Assim, o Formação pela Escola continuará contribuindo para a melhoria da gestão pública, objetivando o alcance das metas da política educacional brasileira podendo assim, assegurar a todos, educação de qualidade como meio capaz de promover, com equidade, o desenvolvimento econômico-social de nosso País.

5. Referências

ALAGOAS – *Lei nº 6.757, de 3 de agosto de 2006* – aprova o Plano Estadual de Educação para o período de 2006 a 2015, e dá outras providências – disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/servicos/legislacao/leis/PEE_lei%206757.pdf/ - acesso em: 18/12/2009;

_____, *Carta de Princípios da Educação- Construindo a Escola Cidadã* - disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/gestao/> - acesso em 17/12/2009;

BRASIL, *Reolução/CD/FNDE nº 12*, de 12 de abril de 2008 - Estabelece os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2008/res012_25042008.pdf; acesso em: 24/04/2008;

_____, *Resolução nº 43, de 14/10/2008* - Altera a Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008, do Conselho Deliberativo do FNDE, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2008/res043_14102008.pdf; acesso em 02/08/2009;

_____, *Resolução nº 19, 15/5/2008 - RETIFICADA* - Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2008/res019_15052008.pdf; acesso em: 02/08/2009;

_____, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm - acesso em 17/12/2009;

LINO, E. M. L.; BORGES, V. O. *Módulo Fundeb*: Brasília. MEC/ FNDE/ SEED, 2009 – 1ª edição;

MEC/FNDE/SEED, *Módulo de Competências Básicas – MCB – O FNDE e o apoio às políticas públicas para a educação básica* – Brasília, 2008 – 2ª edição atualizada;

_____, *Módulo Programa Dinheiro Direto na Escola* – Brasília, 2008 – 2ª edição atualizada;

SANTOS, M. L. *Políticas públicas (econômicas) e controle*. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3179> - Acesso em: 26 fev. 2010.